



Cx: 344

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO 3º REGIÃO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE

ARQUIVADO CAIXA 43, X2

PROCESSO Nº

1.054 82



1º JCJ-GOIÂNIA

	(
RECLAMANTE:	CELINO BENTO DA SILVA	TRAMITAÇÃO
Endereço	Rua 607 nº 548 - V. São José	23/06/82 as 09:15 hs.
,	Nesta	^
ADVOGADO:		A Rosalo 21-06-82
Endereço	DR. SÍLVIO TEIXEIRA Av. Goiás nº 350, s/106/107 - Centre	24-06-82
	Nesta	6
DEGLAMADA		
RECLAMADO: Endereço	MONUMENTO - ENG. E CONST. LTDA	
Endereço	Rua 16, Qd. 66, Lt. 13, 15, 47 - Centro	
ADVOGADO:		
Endereço		
OBJETO	Aviso, 13º sal., férias, indenização	
	etc.	,
	AUTUAÇÃO	
Aos vinte e trê	s dias do mês de abril	
	tos e <u>oitenta e dois</u> , na Secretaria	
The second secon		
da Junta de Co	onciliação e Julgamento de Goiânia	
autuo a reclamação qu	ne segue, com dezeseis documentos.	
Bu. /. 597	P/, Diretor da Secretaria,	
assino este termo.	El, Diretor da Secretaria,	

1054/82 Celino Bento da Silva Monumento - Eng. e Construções Ltes. 23/04/82 2107/82 Goiania Aviso, 13º sal., férias, indenização, hs. extras, POTS. Silvio Teixeira Bacrita OAIDBR B.E TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10 Audiência: Dia 23/06/82 ås 09:15 hs.

JUSTIÇA DO TRABALHO

DISTRIBUIÇÃO

Diz CELINO BENTO DA SILVA, brasileiro, casado, eletricista,

Rua 607, nº 548 - Vila São José

residente e Domiciliado nesta capital à rua

pelo advogado abaixo assinado, inscrito na O.A.B., secção de Goiás sob o n.º 1939 de Ordem e com escritório profissional, sito à Av. Goiás n.º 350, Salas 106/107, Centro, Fone 223-5071, vem com o respeito e acatamento necessário a digna presença de V. Exa, apresentar ação reclamatória contra: MONUMENTO — EN—

GENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. sedita à Rua 16, Q.66, lotes 13,15,47 - centro.
e assim o faz pelos fatos e fundamentos seguintes:

Que, o reclamante foi admitido pela Reclamada em 06 de janeiro de 1.982

e o seu salário era de Crs 77,73 por hora com pagae dem.injust.em 01/abri1/1982 mento semanal.

Declarou-se aptante ao FGTS na admissao.

Que o reclte. foi demitido dentro dos trinta dias que antecedem a sua correção salarial e portanto faz jus a indenização adicional de que atrata o artigo 9º da lei 6.708/79. A correção salarial do recite. dar-se-i em 1º de maio de 1.982, conforme convenção coletiva de trabalho anexa.

Que o recite. trabalhava no horario das 7 horas ate 18 horas com intervalo de uma hora para refeições e recebia apenas uma pequena parte das horas extras, trabalhava inclusive aos sabados.

Que o rclte, ao ser despedido injustamente recebeu apenas uma pequena parcela dos seus direitos e quer cobrar a diferença atraves da presente, de Aviso previo, 13º salariol Ferias e FGTS., alem das parcelas de Indenização Adicional e horas extras. -

DO EXPOSTO REQUER respeitosamente a notificação da firma Reclamada para comparecer em audiência a ser previamente designada. conteste a abrigação se quizer e sob pena de Revelia e afinal, condenada no pagamento das parcelas abaixo:

Aviso prévio -080d ais-******************Cr	\$ 6.613,33
13º salário - 3/12 avos	6.202,75
Férias prop 3/12 avos	6.202,75
Indenização adicional do artigo 9º-L.6708/79	24.811,02
75 horas extras c/20% de acrescimos ** * * *	6.995,25
FGTS- pede dep. e guias p/movimentação	6.550,10
Somarenenenenenenenenenenenenenenenenen	
Valor já recebido	19.980,06

Total. . . Cr\$37.395,14

Calculo de salario - fixo...Cr\$ 18.655,20 6.155,82 int.de horas extras...

Protesta por todos os meios de provas em direitos permitidas, testemunhas, documentos, depoimento pessoal da Reclamada e que desde já requer e sob pena de confesso, etc.

dá a presente o valor de Crs 37 x 395, 14

N. Termos.

P. Deferimento.

abril. de 1.982.

C.P.F. N.º 021497451/00

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: CELINO BENTO DA SILVA, brasileiro, casado, eletri cista, residente e domiciliado nesta Capital à ' Rua 607, Qd. 548, Lt. 13 - Vila São José.

OUTORGADO:

SILVIO TEIXEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na O.A.B. Go. sob o n.º 1939 e com C.P.F. 021497451/00, residente e domiciliado nesta capital, com escritório profissional à Avenida Golás, n.º 350, Salas 106/ 107, Centro, Fone: 223-5071, também nesta capital.

PODERES:

PARA O FORO EM GERAL e mais os da ressalva do artigo 38 do Código de Processo Civil, podendo também arrolar testemunhas, inquirir, fazer acordos, receber e dar quitação, levantar dinheiro através de guias expedidas pela JCJ, interpor recursos de todos e qualquer pronunciamento ou sentença, receber e endossar Cheques Nominais ao reclamante, fazer levantamento de FGTS através de AM, fazer adjudicação de bens, impugnar embargos de terceiros e de execução, substabelecer no todo ou em parte agir em conjunto com outro advogado a que darei(emos) por bem firme e valioso e especialmente para, propor e acompanhar reclamatória trabalhista contra MONHMENTO ENGENHARIA E CONS TRUÇOES LTDA.

Goiânia, 31 de março de 1.982.

Ex Celino Bento da Siba Es Celino Bento da Siba





Fundado em 25,04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de 0 Sede Propria - Rua 5 n.º 23 - Centro

Caixa Postal n.º 85 - feleiones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5297 - 223-6493 - 224

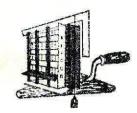
GOIÁNIA — GOIÁS

CONVENÇÃO COLETIVA QUE ENTRE SI FIRMAM O SINDI CATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRU ÇÃO CIVIL DE GOIÂNIA E O SINDICATO DAS INDÚS -TRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO NO ESTADO' DE GOIÁS, NA FORMA ABAIXO:

Clausula 1. - Fica adotada a seguinte classificação de funções para a profissão de pedreiros:

1.1 - PEDREIRO "A" -Aqueles que executam quaisquer dos servi ços enumerados: alvenaria de pedra e de tijolos e de cha pisco comum, pavimentação em pedra e pavimentação em ci mento desempenado;

- 1.2 PEDREIRO "B" -Aqueles que executam quaisquer dos servi ços enumerados:alvenaria de pedra e de tijolos com aca bamento a vista, revestimento de massa, revestimentos es peciais, pavimentação de pre-fabricados e especiais, e, ainda pavimentação de cimento liso;
- Clausula 2. Fica adotada a seguinte classificação de funções para' a profissão de carpinteiro:
 - 2.1 CARPINTEIRO "A"-Aqueles que executam escoramento de tai pal de forro de lage e formas de sapata;
 - 2.2 CARPINTEIRO "B"-Aqueles que executam quaisquer dos ser viços enumerados:assentamento de esquadrias, vigas, colu nas para cimento armado e madeiramento de telhado;
- Clausula 3. Os armadores, encanadores e os eletricistas perceberão' a importância correspondente ao salário dos profissionais da categoria "B" da presente Convenção;
 - 3.1 Os auxiliares de armadores, encanadores e eletricistas, terão o aumento previsto nesta Convenção, pela jornada' normal de trabalho, tomando como base do aumento, o sala rio percebido na data da última Convenção, reajustado ' segundo a Lei nº6.708 de 30.10.79;
- Os eletricistas que trabalham em construções de rede e Clausula 4. létrica urbana ou rural, terão o aumento previsto nesta Convenção pela jornada normal de trabalho, tomando como base do aumento o salário anotado em sua CTPS, e a seguinte classificação:
 - 4.1 Chefe de turma;



Fundado em 25 04, 1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de 05/0 1

Sede Propris - Rua 5 n.º 23 - Centro

Calxa Postal n.º 65 - Telefones: 224-548 - 224-5855 - 224-5297 - 223-5493 - 224-513

GDIÂNIA - GDIÁS

4.2 - Eletricista de montagem de rede ou montador de rede de distribuição;

- 4.3 Auxiliar ou ajudante de montagem;
- Clausula 5. Os pintores terão as seguintes classificações:
 - 5.1 PINTOR "A"- São aqueles profissionais que executam ape nas serviços à base d'agua, sem acabamentos;
 - 5.2 PINTOR "B"- São aqueles profissionais que executam todos os serviços de pintura e fazem acabamentos;
- Clausula 6. Os salarios dos tarefeiros dentro da jornada normal de trabalho não poderão ser inferiores aos salarios das respectivas categorias;
- Clausula 7. Os mestres de obra, valeteiros, almoxarifes, empregados em escritórios, e, demais empregados das empresas da construção civil terão o aumento previsto nesta Convenção, pela jornada normal de trabalho, tomando como base o salário da última Convenção reajustado segundo a Lei 6.708 de 30.10.79;
- Clausula 8. Os apontadores terão o aumento previsto nesta Conven ção, pela jornada normal de trabalho, nunca inferior ao
 salário dos profissionais da categoria "A";
- Clausula 9. A vigência da presente Convenção será de 1 (um) ano , com início em 01.05.81 e término em 30.04.82;
 - 9.1 Todos os empregados constantes desta Convenção terão o reajuste previsto pela Lei 6.708 de 30.10.79 nas datas de 01.05.81 e 01.11.81;
 - 9.2 Além do reajuste previsto pela Lei 6.708 será concedi-a do à título de produtividade um aumento nas seguintes' formas:
 - I 4% (quatro inteiros por cento) para os serventes;
 - II- 2,5% (dois inteiros e meio por cento) para os demais ' empregados constantes desta Convenção;
- Clausula 10. Os encarregados de Obras terão o salário da categoria'
 "B" e mais um aumento de 40% (quarenta inteiros por cen
 to);
 - 10.1- O salário do servente não poderá ser inferior ao valor do salário-mínimo regional atual acrescido de mais 5% (cinco inteiros por cento);
 - 10.2- Em virtude da atual correção salarial e da aplicação da taxa de produtividade, os salários dos profissionais



Fundado em 25/04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de Sede Prágria - Rua 5 n.º 23 - Centro

Calxa Postal n.' 85 - Telefones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5297 - 223-6493 GOIÂMA — COIÁS

até 31/10/81 terão os seguintes valores:

- a) -Categoria "A" Cr\$53,61 (Cinquenta e tres cruzeiros e sessenta e um centavo) por hora;
- b) -Categoria "B" Cr\$60,40 (Sessenta cruzeiros e quarenta centavos) por hora;
- 10.3 -Os operadores de guincho e bitoneira perceberão 20% '
 (vinte inteiros por cento) acima do salário dos ser ventes;
- 10.4 -Os empregados quando trabalharem em serviços de ar-com primido, terão o salário da categoria "B" e mais 40% ' (quarenta inteiros por cento);
- 10.5 Os profissionais constantes desta Convenção, inclusive os serventes, quando trabalharem em balancinhos e confecções de torres e levadores de serviço, terão o aumento previsto nesta Convenção, e mais o acrescimo ' de 20% (vinte inteiros por cento);
- Cláusula 11. -Serão feitas as compensações dos aumentos espontâneos cabiveis na forma da legislação vigente;
- Cláusula 12. -Uma vez anotada na Carteira Profissional a Categoria'
 do empregado, através do salário recebido, não poderá '
 haver alterações mesmo por outra firma sob alegação de
 estar o profissional, prestando serviços de outra cate
 goria, ressalvada a hipôtese de promoção do trabalhador;
- Clausula 13. -Com fundamento na decisão da Assembléia Geral realiza da em 21 de março de 1.981,os empregadores se obrigam a descontar compulsoriamente, no mês de maio de 1981,ou no primeiro mês do empregado admitido após a data-base de vigência desta Convenção, até o mês de outubro de '1981,a importância equivalente a 1/30 (um trinta avos) do salário mensal de cada empregado, associado ou não do Sindicato, qualquer que seja a forma de prestação de 'serviço e de pagamento;
 - 13.1 -Com fundamento na decisão emanada da Assembleia Geral realizada em 21 de março de 1.981,os empregadores se o brigam a descontar compulsoriamente, no mês de novembro de 1981,ou no primeiro mês do empregado admitido 'apos esta data até o mês de abril de 1.982,importância equivalente a 4(quatro) horas de trabalho de cada empregado, associado ou não do Sindicato, qualquer que seja a forma de prestação de serviços e de pagamento;



Sindicate des Trabalhadores Lonstrucão

Fundado em 25/04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de Sede Própria - Rua 5 a.º 23 - Centro Calxa Postal n.º 85 - Telefones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5297 - 223-6493 colânia -

13.2- As quantias descontadas e recolhidas a favor do Sindi cato Profissional, determinadas pela Clausula 13, denominar-se-ão TAXA DE CONVENÇÃO/81 e as determinadas pe lo îtem 13.1, denominar-se-ão TAXA DE CONVENÇÃO SUPLE-MENTAR/81;

GOISS

- 13.3- O recolhimento dos descontos referidos, ao Sindicato ' Profissional será no mês subsequente ao desconto pe los empregadores diretamente em Agência do Banco Brasil, agência da Rua 7-Centro, nesta Capital, e para ' esse fim o Sindicato suscitante fornecerá as guias de recolhimento em quatro vias, sendo que a primeira quarta vias ficarão em poder do empregador, que remete ra uma ao Sindicato suscitante e as duas restantes em poder do Banco do Brasil;
- 13.4- O desconto da TAXA DE CONVENÇÃO/81 é indiscutivel, nos termos do artigo 462,545 e 513 letra "e" da CLT;
- 13.5- O aprendiz, menor de 18 (dezoito) anos, estará isento ' do desconto a que se refere esta Clausula;
- Clāusula 14. - O desconto efetuado a favor da Entidade dos Trabalhadores deverá constar da folha ou envelope de pagamento e sera anotada também na CTPS, na pagina de anota ções gerais, contendo data, importância e sigla do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção ' Civil de Goiânia (STICC-GO);
- 15. A diferença salarial decorrente da presente Convenção deverá ser paga, no primeiro pagamento que ocorrer a pos o registro da Convenção na DRT, ficando sujeita a uma multa de 10% (dez inteiros por cento) se o refer do pagamento não for feito dentro do prazo de 30 dias (trinta dias) e pago ao empregado juntamente com a di ferença salarial;

Cláusula 16. - Ao empregado indicado pelo Sindicato da classe para ' participar de cursos de interesse da categoria fica ' suspenso o Contrato Laboral, considerando-se o período de afastamento, como serviço efetivo, sem qualquer ônus para o empregador, no prazo minimo de 10 (dez) dias e no máximo de 60 (sessenta)dias, comprometendo-se este! a assegurar-lhe, quando do retorno do empregado, o cargo, vantagens e função em que se encontrava investido!

SEC - DOS



Fundado em 25/04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de Selle Própria - Rea 5 n.º 23 - Centro

Calxa Postal n.º 05 - Telefones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5297 - 223-6493 - GOIÂNIA — GOIÂS

o empregado;

- Clausula 17. O reajuste salarial coletivo, determinado no curso do Aviso Prévio, beneficia o empregado pré-avisado da des pedida mesmo que tenha recebido antecipadamente os sa larios correspondentes ao período de aviso, que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos le gais;
- Cláusula 18. Os empregadores ficam obrigados a aceitarem também os Atestados Médicos e Odontológicos fornecidos pelo Sin dicato, para fim de abono de falta e remuneração, excetuando dessa obrigação as firmas que possuirem o Serviço Médico próprio, não estando dentro dessa excessão o Atestado do Serviço Odontológico, desde que não dado aos mesmos atestados efeito retroativo;
- Cláusula 19. É assegurado ao empregado estudante, abono de faltas nos dias de provas e exames em estabelecimentos de en sino oficial ou reconhecido, até 6 (seis) faltas por ano, desde que comprove a realização dos exames e mensalmente, assiduidade às aulas;
- Clausula 20. Todo pagamento efetuado aos empregados, seja por semana, quinzena ou mensal, deverá ser feito com comprovante
 dado ao empregado, pelo empregador, mencionando o perío
 do de trabalho e distribuindo horas normais, horas extras e total recebido, bem como, os descontos efetuados;
- Cláusula 21. Ocorrendo a demissão de qualquer empregado, por qual quer motivo, a empresa fornecerá ao empregado demissio
 nário declaração de rendimentos, para efeito de declaração de Imposto de Renda e o Atestado de Afastamento
 e Salário-AAS, para fins de benefício do TAPAS;
- Clausula 22. O Sindicato poderá solicitar da Empresa o motivo da dispensa do empregado, por escrito e mediante recibo, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada;
- clausula 23. A todos os empregados ocupantes de cantina ou aloja mento da Empresa, terão direito a permanência nestes '
 sem qualquer alteração, desde que ele não cause mal es
 tar dentro das dependências do alojamento, e com direi
 to à refeição, quando despedido sem justa causa, até '
 que seja efetuado o pagamento de seus direitos finais,
 facultando-se à empresa o adiantamento de 40% (quaren



das Trabalhadores Indúsiria da Constiucão Sindicate 113

Fundado em 25/04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 Sede Propria - Rua 5 m. 23 - Centro

Caixa Postal n.' 85 - Telefones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5287 - 223-649

GOTÁNIA -

ta inteiros por cento), até o limite de Cr\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros) daquilo que o empregado tiver direito, não gerando isso qualquer beneficio ao empregado;

- Fica fixado em no máximo sete(7) dias o prazo para a-Clausula 24. certo final com os empregados desligados da Empresa ' quando se tratar de desligamento imediato e quando me diante emissão de aviso prévio dado pelo empregador ' ao empregado, no máximo ao dia seguinte ao cumprimento do aviso;
 - 24.1- A empresa que não fizer a quitação final devida ao em pregado, dentro do prazo estipulado nesta Convenção, fi ca obrigada ao pagamento dos salários correspondentes aos dias em que o empregado estiver aguardando o acer to final;
 - 24.2- O pagamento a que se refere o parágrafo anterior, será feito ao empregado pelo empregador, nas mesmas condi ções dos pagamentos anteriores a sua despedida, ou seja, por semana, quinzena ou mensal;
 - 24.3- 24 (vinte e quatro horas) após vencido o prazo da em presa para acerto final com o empregado, deverá este ! comunicar-se com o Sindicato, e na falta deste, alguma' autoridade constituida, tais como Delegados e Promotores de Justiça, devendo este fato ser comunicado à empresa, para constituir a mora:
- Clausula 25. A empresa se obriga a comunicar imediatamente aos familiares do empregado acidentado, quando o mesmo tiver de ser levado diretamente do local de trabalho para ser hospitalizado, indicando o nome do hospital para ' onde o empregado foi levado;
- Clausula 26. Fornecimento gratuito pela empresa de uniformes, farda mentos, macacões, peças e vestuários e equipamentos de proteção individuais, sempre que os mesmos forem exigi dos por lei ou pelo empregador;
- Clausula 27. Serão considerados dias de descanso remunerado, a terça feira de carnaval e o dia de finados, tradicional mente considerados pontos facultativos pelos bancos e orgaos publicos;

Clausula 7) Fica estipulada uma multa de 10% (dez inteiros por 28.



Fundado em 25/04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de 0 Sede Prógria - Rua 5 a.º 23 - Centro

Calxa Postal n.º 05 - Telefones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5297 - 223-6493 -GDIĀNIA — GOIÁS

cento), sobre o salário de referência para qualque partes que infringir clausulas da presente convenção;

- 28.1- Se a infração for por parte do empregador, a multa sera revertida ao empregado ou ao Sindicato quando for' o caso;
- 28.2- No caso do empregado ser o infrator, a multa será des contada a favor da empresa, em seus direitos trabalhis
- Cláusula 29. Serão descontados o tempo e o repouso semanal remunerado, se o empregado iniciar os preparativos para largar o serviço mais de 10 (dez) minutos antes da hora' prevista para o término da jornada, desde que seja cientificado dessa penalidade, antecipadamente, através ' de aviso no local de trabalho;
 - 29.1- Esta clausula produzira efeitos desde o 619(sexagésimo primeiro) dia após o início da vigência desta Convenção;
- Clausula 30. Os empregados que prestarem serviços para firmas tenham matriz, escritório, filial ou sub-escritório nes ta Capital e que contratarem empregados na jurisdição do Sindicato Profissional e enviados a outra localida de, terão como fôro competente, o de Goiânia, Capital do Estado de Goiás;
- 31. As empresas permitirão que funcionários credenciados! Clausula do Sindicato entrem em contato pessoal com o chefe de Escritório ou do Pessoal, para com o mesmo tratar so bre os descontos previstos na Clausula Décima Terceira;
- Clausula 32. A jornada normal de trabalho fica reduzida para 45 (quarenta e cinco) horas semanais, distribuidas de segunda a sexta-feira.O sábado será considerado dia livre, sendo admissīvel a prestação de serviços sob regi me de horas extras;
 - 32.1- Caso o sabado seja feriado, as 5(cinco) horas destinadas à compensação serão pagas como extras;
 - 32.2- A partir da vigência desta, os empregadores efetuarão' os pagamentos semanais sempre na sexta-feira, após as 16:00 (dezeseis) horas;

33. - Ficam os empregadores obrigados a fornecerem recibos' Clausula



Fundado em 25/04/1937 e Reconhecido pelo M. T. I. C. Decreto n.º 1.402 de 05/0

Sede Propria - Rua 5 n.º 23 - Centro

Caixa Postal n.' 85 - Telefones: 224-5416 - 224-5065 - 224-5287 - 223-6493 -

GOIAS GOIÁNIA -



de documentos entregues por seus empregados, para qual quer finalidade, discriminando os documentos recebidos e as datas de recebimento e devolução dos mesmos,ocasião em que o empregado dará recibo de que recebeu os referidos documentos;

- Clausula 34. À empregada gestante fica assegurada a estabilidade a partir do início de gravidez até 60 (sessenta)dias ' após cessado o auxílio previdenciário, desde que o empregador tenha sido notificado através de Atestado Mé dico conforme a Clausula 35 da presente convenção;
- Clausula 35. Para fins de proteção à maternidade, a prova de encontrar-se a mulher em estado de gravidez poderá ser fei ta mediante Atestado Médico, ficando, de qualquer forma, a empregada obrigada a exibir ao empregador o Atestado Médico, até a data do afastamento previsto no artigo 392 da CLT;
- 36. Serão deveres e obrigações dos empregados, dos emprega-Clausula dores e das Entidades Sindicais convenentes, cumprir e fazer cumprir as normas aqui estabelecidas;
- 37. A presente Convenção entrarã em vigor a partir de Clausula de maio de 1.981, expirando sua vigência em 30 de abril de 1.982.

Assinam a presente Convenção, pelas classes representativas.

Goiânia, 23 de abril de 1.981

PROFISSIONAL

PATROCINIO BRAZ CONCENTINO Presidente de Sindicato dos

Trab. Ind. Const. Civil de Goiania

thanking ni DR. VICTOR GONÇALVES

Assessor Juridico

DR. JOSE BENEDITO MONTEIRO

Assessor Juridico

PATRONAL

allecent a CASTRO ELMO DE

Presidente do Sindicato das Ind.

Const. Mob. Estado de Goias

DR. NORTON RIBEIRO HUMMEL Assessor Juridico

Per DRY 68 3631121

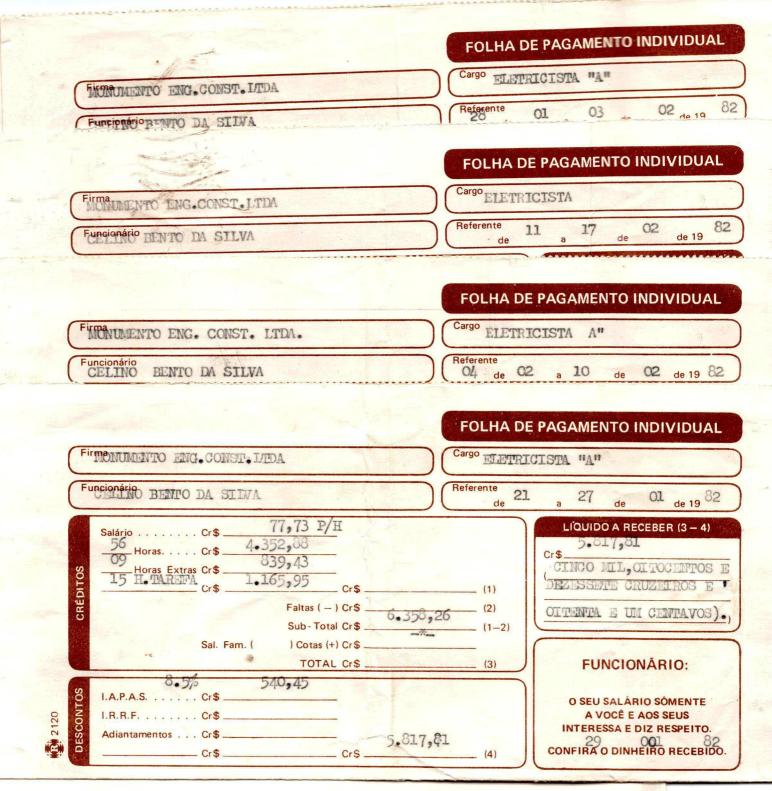
TERMO DE REGISTRO

A preconte Convenção Coleriva de Trabaiho

foi registrado e enquivado nisia Delagacia.

Golania, 5/5/8

IRANI SI Diretor da Vivano de





CERTIFICO que, constam da presente

04 82

mim, Cheta da Secrotaria.

nefe de Secretaria

10

SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

CERTIDÃO





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO ♣€. REGIÃO

10ª

r		- Annual Control of the Control of t
ASSUN	TTO: Reclamação apresentada	,
a o	CELINO BENTO DA SILVA	
	Intimo-o, pela presente, a de Conciliação e Julgamento, n	a Av. Goiás nº 382 - 2
	Centro , a	
quinze)) h	***
	três) d	o mes de junho/82
ara a audī	ência relativa à reclamação ac	ima referida; ocasião e
ue V. Sra.	devera oferecer asua resposta	pena de revelia.
	Em anexo, cópia da reclama	380-
	18 JCJ-GOIÂN IA-AUD.:23/06/82-	мот .:2.ф 99/82
	COMPROVANTE DE ENTREGA	Proc.1.054/82
o Ilmo Sr.	DESTINATÁRIO -	
ONUMENTO -	MONUMENTO - ENG. E CONST. LT	T) 4
14 16,Qd.6	and. E CONSI. ET	DA
sta	ENDEREÇO -	
rs ca	Rua 16, Qd.66, Lt.13, 15, 47 - Ce	ntro
2	CIDADE -	- ESTADO -
2) 1.	Goiânia	Goiás _de 19_8
8 .	RECEBIDO EM ASSINATURA DO	DESTINATÁRIO
Ş	28 04 82 Mauricia Lotur	crawo Cabrof

14

de Goiânia

402/82

26 abril

82

Exmº. Sr.

Pelo presente, fica V.Exa.notificado para os fins previstos n.§ único do Art.21 de Lei 5.107/66/ e 60 do Decreto n. 59.820/66, que, às 09:15 horas, do dia 23 de junho de 1982, será realizada a audiência de instrução e julgamento, relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Sem mais,

ACIATIVUL Cordiais saudações

Nesta data, tayo juntada aos presentes autos

Aos de Secretaria . De de 19
Direier de Secretaria . De Direier de JUNTOS
JUNTOS
LOUDELVAL JOSÉ DE OLIVEIRA

Exmº. Sr.

Su ereintendente do Iapas em Goiás

Nesta





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO Goiânia

ATA DE AUDIÊNCIA relativa ao processo nº 1 a. JCJ 1.054/82.

Aos 23 dias do mes de junho do ano de 1.9 02,
às 09:15horas, em sua sede, reuniu-se a 1a. Junta de Conciliação e Julgamento
de, sob a Presidência do MM. Juiz do Trabalho,
Dr. PAATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO , presentes
os srs. DANIEL VIANA Vogal repre-
sentante do empregadores e EXPEDITO DOMINGOS BEZERRA
Vogal representante dos empregados, para instrução e julgamento reclamação
ajuizada por CELINO BENTO DA SILVA
contra MONUMENTO -ENGENHARIA E CONST. LTDA
relativa a aviso, etc.
77 207 21
no valor de Cr\$ 37.395,14
Aberta a audiência foram, de ordem do MM. Juiz Presidente,
apregoadas as partes, presaentes ambas. O recte. com a estagiaria Eliane
G. de Oliveira e a recda. representada por Mari a José de Azará que
pediu a juntada aos autos de um documento, o que di fer, digo, o
que foi deferida.
A seguir, pelas partes foi feito acordo vi a do
qual a recda. pagará ao recte, por saldo do pedido, em dinheiro, a
quanti a total de Cr\$30.400,00 até 24 do corrente, pena da multa de
100%.
Acordo homologado.
Custas, pela recda, no importe de Cr\$2.189,00.
Encerrou-se a audiência.
le 1 mil
Juiz do Trabalho
Vogar Frabalas Vogar Frabalas Vogar Frabalas Vogar Frabalas Vogar Frabalas
Vogal R des Empregados
1:000 30 30 30
Charlet of the Charle
· e elino os ento da Silsa
P. Collinere 1 1 1 - Could get a got
e elino os ento da Siba p alluene Jose de Azala Garaga de



CARTA DO PREPOSTO

Com Fulcro no art. 843 & 1º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) endicamos a St. MARIA JOSÉ DE AZARÁ, portadora da Carteira de Identidade nº 635.316 2º via, a nos representar perante a 1º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÁNIA, em virtu de de reclamatório trabalhistas proposto por CELINO BENTO DA SILVA.

Goiânia, 22 de Junho de 1982.

NONUMENIO - Engenharia e Construções Ltda.

CARTÓRIO DO 10 OFICIO





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE GOIÂNIA

TERMO DE PAGAMENTO E QUITAÇÃO Proc. J.C.J. nº. 1054282

Aos 24 dias do mês de junho do ano de mil nove -
centos e <u>oitenta e dois</u> , nesta cidade de <u>Goiania</u>
, na secretaria desta Junta de Conciliação e Julgamento,
perante mim, diretor de Secretaria, compareceram o reclamante Celino
Bento da Silva e o reclamado Monumento - Engenharia
e Const. Ltda e por este último me foi dito que,
em cumprimento a <u>O</u> <u>acordo celebrado</u> na presente reclamação '
fazia entrega ao Reclamante da importância de Cr\$ 30.400,00(Trinta'
Mil e Quatrocentos Gruzeiros).
relativa ao processo nº 1054/82.
Pelo reclamante foi dito que recebia a mencionada importância, que contou e achou certa, dando por este termo, ao Reclamado, plena, geral e irrevogável quitação para nada mais exigir com respeito ao objeto da presente reclamação, seja a que título fôr. E para constar, foi lavrado este termo, que vai assinado por mim, Diretor de Secretaria, e por ambas as partes.
PP Aller o Bento de Siba RECLAMANTE





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

CERTIDÃO

Certifico que, em obediência ao provimento nº 2, artigo 11, § único, da Corregedoria do T.R.T., todos os encargos devidos nestes autos foram regularmente pagos, estando, assim o processo em condições de ser arquivado. Dou fé.

Em 2 de

4 1.9 82-6= teia

Diretor de secretari

LOUBELVAL) DSÉ DS CLIVEIRA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz Presidente.

Data supra.

P

Diretor de Secretaria

LOUDELVAL JOSÉ DE OLIVEIRA

Arquive-se, dando-se baixa na Distribuição Data supra.

Per DE

Juiz Presidente

Alaton Celxeira de Azevedo Filho Julz do Trabalho - Substituta